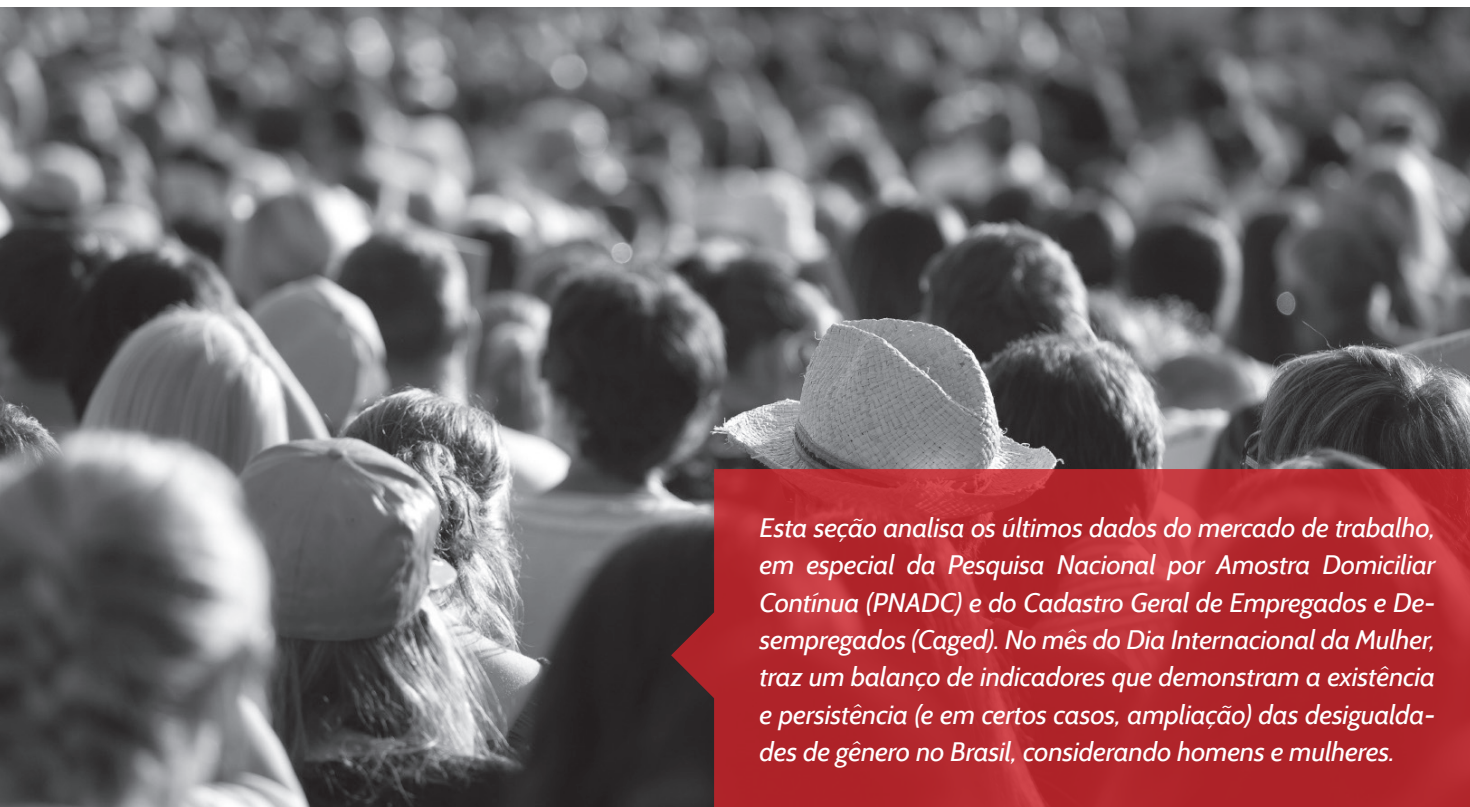


SOCIAL



Esta seção analisa os últimos dados do mercado de trabalho, em especial da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No mês do Dia Internacional da Mulher, traz um balanço de indicadores que demonstram a existência e persistência (e em certos casos, ampliação) das desigualdades de gênero no Brasil, considerando homens e mulheres.

Mercado de trabalho: últimos dados

O governo tem alardeado uma recuperação econômica e do mercado de trabalho que efetivamente não é sentida pelos brasileiros. Nessa seção, apresentamos e problematizamos alguns dos dados mais recentes do mercado de trabalho.

Os últimos dados do Caged mostram que no mês de janeiro o Brasil teve saldo positivo de empregos celetistas, naquele que foi alardeado pela imprensa como o melhor janeiro nos últimos seis anos: desde a crise, ou seja, nos anos de 2015, 2016 e 2017, o saldo do Caged para os meses de janeiro foi negativo. Em 2018, o resultado positivo foi puxado pela Indústria de Transformação em primeiro lugar (em especial com a indústria de calçados e têxtil), seguida de serviços, agropecuária e construção civil. Com resultado negativo, do outro lado, está o comércio, com maior perda no comércio varejista. Entre as Unidades da Federação que mais criaram empregos celetistas estão São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais.

Os últimos resultados da PNADC mostram uma

taxa de desocupação de 12,2% no trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018, estável em relação ao trimestre anterior e menor que no mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, apesar da redução na taxa de desocupação nos últimos meses, ela continua muito alta e em níveis bem maiores do que antes da crise – hoje 12,7 milhões de brasileiros compõem o índice de desocupados. Também, a redução da taxa de desocupação tem sido puxada por uma ampliação da informalidade, com aumento dos empregos sem carteira, por conta própria e emprego doméstico, indicando um aumento da informalidade na economia brasileira, a partir dos dados da PNADC. Também é preciso notar que com a ampliação do conceito de formalidade, que ocorre com a Reforma Trabalhista, empregos antes à margem da lei como a contratação intermitente (em que há alternância entre períodos de prestação de serviço e de inatividade) passam a ser considerados formais, apesar de não deixarem de ser, objetivamente, precarizados. Outro aspecto que precisa ser apontado é o nível da taxa de subutilização (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da for-

ça de trabalho potencial), que chegou em 2017 aos níveis mais altos da série histórica: fechou 2017 em 23,8%, após ter alcançado 20,9% em 2016, 17,2% em 2015 e 15% em 2014. Em números absolutos, isso significa que 26,4 milhões de brasileiros estão desocupados, trabalham menos horas do que gostariam ou desistiram de procurar emprego.

Desigualdade de gênero no Brasil

A discussão sobre a desigualdade de gênero no Brasil, em pleno mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, chegou a outro patamar após a execução de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Marielle, apontada como sendo o alvo principal do crime, foi silenciada por sua militância pela defesa dos direitos humanos, com enfoque na população negra, periférica e nas mulheres, em um contexto mais amplo de acirramento da hostilidade contra lideranças populares, pelo crescimento do conservadorismo e pelos efeitos da crise econômica.

Diversas pesquisas foram divulgadas neste mês apontando as desigualdades de gênero em vários aspectos no país e como estas são entraves para o pleno desenvolvimento das mulheres no Brasil hoje. Abaixo citamos alguns exemplos.

Trabalho doméstico e mercado de trabalho

Dados divulgados pelo IBGE mostram que a desigualdade de gênero continua a se refletir na repartição do trabalho doméstico: em 2016, as mulheres gastaram quase duas vezes mais tempo por semana com cuidados de pessoas e afazeres domésticos do que os homens no Brasil. Enquanto os homens gastaram em média 10,5 horas por semana com tais atividades, as mulheres gastaram 18,1 horas semanais.

Tal diferença tem ainda um viés racial: mulheres brancas gastaram 17,7 horas semanais com cuidados de pessoas e afazeres domésticos e as mulheres negras gastaram 18,6 horas. Já os homens brancos gastaram 10,4 horas semanais e os homens negros 10,6 horas semanais.

Essa desigualdade na divisão do trabalho por gê-

nero leva as mulheres brasileiras a exercerem dupla jornada, conciliando o trabalho doméstico não remunerado ao trabalho remunerado, o que faz com que dediquem menos horas ao trabalho remunerado. Esta é uma das razões também para os menores rendimentos femininos no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, em 2016, o rendimento médio mensal de uma mulher foi de 1.764 reais, enquanto o rendimento médio mensal de um homem foi de 2.306 reais.

A desigualdade de gênero se reflete de maneira estrutural no Brasil em posições de gerência, nas quais as mulheres continuam a enfrentar barreiras. No Brasil também há muito o que avançar: levantamento recente do jornal *O Globo* revela que a chance de mulheres chegarem à presidência de estatais no Brasil é igual a de homens chamados Paulo ou Ricardo: das 79 estatais brasileiras, somente quatro são presididas por mulheres. Essa questão é ainda mais grave se considerarmos que as mulheres apresentam índices de escolaridade mais altos do que os homens, mas rendimentos menores, seja pelo preconceito/machismo que as impede de galgar posições melhores remuneradas, seja pela necessidade de conciliar trabalho remunerado e doméstico, o que acaba por interferir nas chances de ascensão profissional.

Mas, desde o início da crise do mercado de trabalho, no começo de 2015, diversos fatores que ampliam as desigualdades de gênero no mercado de trabalho têm se agravado. Em especial, ampliou-se o hiato entre a taxa de desocupação masculina e a feminina no Brasil. Historicamente, as taxas de desocupação femininas são mais altas do que as masculinas, mas durante os anos 2000 tal hiato vinha diminuindo. Por exemplo, no quarto trimestre de 2013, essa diferença era de 2,5 pontos percentuais, caindo a 2,1 pontos percentuais no quarto trimestre de 2014. Após o início da crise, no quarto trimestre de 2015, esse hiato foi de 2,9 pontos percentuais e se manteve na faixa de três pontos percentuais nos anos seguintes. A título de referência, no quarto trimestre de 2014 a taxa de desocupação da população em geral foi de 6,5%, passando para 9% no quarto trimestre do ano seguinte. Tal indicador é apenas um

dos indícios que apontam para o fato de que, com a crise do mercado de trabalho iniciada em 2015, as mulheres foram as mais prejudicadas.

Desigualdade na representação política

Publicação do IBGE mostra que o Brasil ocupa a 152ª posição entre 190 países quanto à proporção de parlamentares mulheres (equivalente aos nossos deputados federais), a partir de dados da Inter-Parliamentary Union (IPU). O relatório mostra que foi o pior resultado entre os países da América do Sul.

No Brasil, a representação das mulheres alcança 10,5%, sendo a média mundial de 23,6%. No Senado, as mulheres são somente 16% entre os senadores.

O relatório também aponta que em 13 de dezembro de 2017, dos 28 ministros de Estado somente duas eram mulheres: Luislinda Valois, ministra de Direitos Humanos, e Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União. No entanto, a primeira já não é ministra dos Direitos Humanos.

Pesquisas também têm apontado a existência de “candidatas-laranja”, que seriam candidatas que se postulam para que os partidos consigam cumprir a cota para uma maior paridade de gênero, mas diversas dessas candidatas não alcançam sequer um voto.

Feminicídio

Dados do Mapa da Violência estimam que, para o ano de 2013, 2.394 mulheres morreram vítimas de familiares, ou 6,5 mulheres por dia; e 1.583 mulheres morreram nesse mesmo ano vítimas de parceiros ou ex-parceiros, ou quatro mulheres por dia. Tais crimes são classificados, em termos gerais, como feminicídio, por ser o caso quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O Mapa da Violência considera como feminicídio agressões contra uma pessoa do sexo feminino em seu âmbito familiar que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam à sua morte.

As taxas de homicídio femininas são mais baixas que as masculinas. Os dados mostram que, a partir de um recorte de raça, gênero e idade, a população com taxas de homicídio mais altas são jovens negros do sexo masculino. No entanto, a violência sofrida pelas mulheres por seus parceiros e familiares, e que caracteriza o feminicídio, precisa ser combatida com políticas públicas específicas.

Todos esses aspectos exemplificam a permanência das desigualdades de gênero no Brasil, cujo combate tem sido minimizado em tempos de um golpe de Estado misógino, que retira do poder público recursos e instrumentos para o combate a essas desigualdades.